

Comissão deve adotar “metodologia de eficiência” e ter equipe técnica qualificada, segundo Amir Lando, designado para a relatoria

Nova CPI se instala e escolhe dirigentes

Fotos: J. Freitas



Sob a presidência de Tuma (à mesa), a CPI dos Sanguessugas se instala e faz votação para escolher seu presidente. Trabalhos podem ser concluídos em 30 dias



Biscaia (D), eleito presidente da CPI, conversa com o relator Amir Lando: acerto de uma estratégia de trabalhos que inclui o mínimo de depoimentos

O deputado Antônio Carlos Biscaia e o senador Amir Lando foram escolhidos ontem presidente e relator da CPI dos Sanguessugas, criada pelo Congresso Nacional para investigar suposto envolvimento de parlamentares na compra superfaturada de ambulâncias com recursos do Orçamento da União. Amir Lando prometeu adotar uma “metodologia de eficiência” nas investigações. Ele disse que contará com apoio de equipe técnica qualificada para realizar as investigações com celeridade e justiça, em busca das provas necessárias. “É preciso fazer diligências de busca e apreensão de documentos, buscá-los na Polícia Federal, e não ficar esperando um mês para que eles cheguem à CPI”, observou. Logo após ser eleito presidente, Biscaia anunciou sua intenção de cumprir o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para a conclusão dos trabalhos. Para tanto, ele defendeu uma quantidade mínima de depoimentos. **Páginas 3 e 4**

Lúcia Vânia pede a Lula que não vete benefício a domésticos

Página 2

Simon: governo será responsável pelo que acontecer à Varig

Página 7

Ideli Salvatti condena “jogo baixo” na disputa eleitoral

Página 7

Direito ao FGTS e ao seguro-desemprego para a categoria não pode ser protelado, afirma a senadora

Lúcia Vânia pede ao governo que não vete benefício a doméstico

Ao fazer uma análise do conteúdo do Projeto de Lei de Conversão 14/06, proveniente da Medida Provisória (MP) 284/06, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ao governo federal que não vete a matéria. A MP, que foi aprovada na quarta-feira pelo Plenário do Senado, amplia os direitos trabalhistas para os empregados domésticos e permite, entre outras determinações, que o empregador deduza do Imposto de Renda Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária paga sobre um salário mínimo mensal e sobre o 13º, no limite de dois empregados.

Ao apontar falhas da proposta original enviada ao Congresso pelo Executivo, a senadora referiu-se às mais de cem emendas recebidas pelo texto na Câmara dos Deputados e destacou também alterações do Senado que, segundo lembrou, acrescentaram benefícios importantes para os empregados domésticos. Entre as modificações, Lúcia Vânia citou a obrigatoriedade de inclusão dos empregados



Matéria recebeu mais de cem emendas na Câmara e no Senado, observa Lúcia Vânia

domésticos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Essa determinação, observou a senadora, permitirá a todos os trabalhadores domésticos, inclusive, serem beneficiados com o seguro-desemprego no caso de demissão.

– Apesar de estarmos em ano eleitoral, propostas como essa não podem e não devem ser proteladas. É preciso ter em mente também que, ainda que os deputados mantenham as alterações, o governo poderá vetá-las, o que vem fazendo reiteradamente com os últimos projetos aprovados pelo Congresso – alertou.

Alunos do turno da noite poderão ter merenda

Os jovens e adultos que cursam o ensino fundamental público fora da idade esperada, no período noturno, poderão passar a ter acesso à mesma merenda escolar fornecida aos alunos que estudam durante o dia. O benefício está previsto em projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que está tramitando em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE).

A proposta (PLS 128/06) altera parte da Medida Provisória 2.178-36/01, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Atualmente, pelo texto do artigo 1º, a verba a ser repassada é calculada somente com base no número de alunos devidamente matriculados no ensino pré-escolar e fundamental conforme a faixa etária adequada para cada série. Pela proposta, o novo texto passa a incluir a “modalidade Educação Presencial de Jovens e Adultos (EJA)”.

Na justificativa do projeto, Paim lembra que o artigo 208 da Constituição federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garantem o ensino fundamental obrigatório e gratuito também a todos aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria.

“Ora, se a Constituição federal assegura a extensão do ensino fundamental gratuito àqueles que a ele não tiveram acesso na idade esperada, bem como prevê a implantação de programa complementar de alimentação escolar aos estudantes do ensino fundamental, é lícito interpretar que o Pnae deve beneficiar também os estudantes da EJA de nível fundamental. No entanto, isso não ocorre”, reclamou o senador, na proposta.

Segundo Paim, esses alunos en-



CE analisa estender merenda escolar para os que cursam o ensino fundamental à noite

frentam uma jornada de trabalho pesada durante o dia e dirigem-se para a escola no período noturno, mas “raramente encontram aí o apoio nutricional indispensável ao bom desempenho escolar”.

Essa é, na opinião do senador, uma das razões da evasão de muitos estudantes e do conseqüente fracasso de diversos programas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

Às 9h, o Plenário reúne-se em sessão não-deliberativa. Sem a votação de projetos, ela se destina a pronunciamentos, avisos da Mesa e de lideranças, leitura e apresentação de novas propostas, entre outras iniciativas. A votação das medidas provisórias que trancam a pauta será retomada na próxima semana.

Inclusão traz radiografia do ensino no país

Neste fim de semana, a TV Senado apresenta a primeira parte do programa *Inclusão* voltado para o atual sistema de ensino do país, desde a implantação das escolas-parque e classe, idealizadas pelo educador baiano Anísio Teixeira, até a efetivação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), prevista para o próximo ano. A atração vai ao ar no sábado, às 11h30 e às 22h30, e no domingo, às 9h e às 16h30.

Linha direta com cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210. O contato pode ser feito também pelo site alosenado@senado.gov.br.

Exposição

O Salão Negro sedia, até o dia 14 de julho, a segunda edição da mostra *Artistas Brasileiros*. As obras também estão numa galeria virtual, que pode ser acessada pelo endereço <http://www.senado.gov.br/Comunica/artistasbrasileiros/>.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Sílvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma, Edison Lobão, Sibá Machado e Marcos Guerra

Mínimo de depoimentos e análise exaustiva de documentos – essa será a estratégia a ser seguida pela comissão para concluir trabalhos dentro do prazo regimental

Biscaia e Lando são escolhidos para presidir e relatar CPI

O deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ) e o senador Amir Lando (PMDB-RO) foram escolhidos, ontem, respectivamente, presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas. O objetivo é investigar denúncias de uso de recursos da área de saúde na compra de ambulâncias com preços superfaturados. Na reunião marcada para a próxima quarta-feira, será eleito o vice-presidente da CPI e anunciado o roteiro de trabalho. Também se examinarão os primeiros requerimentos apresentados.

Embora a votação para a presidência da CPI tenha sido secreta, havia consenso entre os líderes partidários no Congresso Nacional sobre a eleição de Biscaia, que escolheu o relator da comissão. Em sua primeira entrevista como presidente, o deputado petista, que obteve 19 dos 22 votos – 3 em branco –, afirmou que pretende cumprir o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para a conclusão dos trabalhos, mas lembrou que o período regimental previsto para o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito é de 180 dias e que, se for necessário, vai pedir ampliação do tempo.

– O prazo é curto e, por isso, o quórum é essencial. Estamos num período complicado, com recesso parlamentar e campanhas eleitorais, mas é possível fazer a investigação em 60 dias, desde



Fotos: J. Freitas

Ao lado de Lando, Biscaia (à direita, na mesa) diz que é possível fazer a investigação em 60 dias, desde que haja colaboração de todos os membros da comissão

que haja colaboração de todos os membros da comissão e não haja infundáveis quebras de sigilo – ressaltou Biscaia, que foi procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro entre 1984 e 1986 e entre 1991 e 1995.

Estratégia

Para concluir os trabalhos no prazo previsto, Biscaia disse que a estratégia adotada deverá ser a de colher o mínimo de depoimentos e se debruçar na análise dos documentos que chegarem, incluindo os da Polícia Federal e do Ministério Público, que já

investigam a chamada máfia das ambulâncias.

Biscaia enfatizou que o papel de uma comissão parlamentar de inquérito é examinar os fatos e encaminhar os resultados às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado, além do Ministério Público.

– Não temos que falar em cassação, porque os desdobramentos dessa investigação não são da nossa responsabilidade. Nosso papel é investigar – disse, acrescentando ainda não acreditar que essa CPI seja utilizada como pa-

lanque nas eleições de outubro.

Relatório

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o importante é que a comissão viabilize o melhor relatório possível “para que toda a sociedade saiba quem são os sanguessugas”. Ao confessar que havia votado em branco para a presidência, a senadora, candidata à Presidência da República nas próximas eleições, afirmou que sua grande preocupação é com o relatório final da CPI.

– O Brasil está vivendo um momento extremamente difícil com

esse caso. Por isso, o relator tem que ser extremamente responsável e não ter apego a nenhum setor – frisou a senadora.

Romeu Tuma (PFL-SP) espera que o colegiado possa “excluir da sociedade aqueles que praticaram esse crime bárbaro que afetou a saúde brasileira”. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) disse que apresentou requerimento para que os documentos já produzidos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público sejam utilizados para auxílio aos trabalhos da CPI.

Tuma: investigações já em andamento vão garantir celeridade à comissão

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que presidiu a reunião de instalação da CPI dos Sanguessugas, por ser o mais idoso de seus membros, disse acreditar que as investigações que já vêm sendo feitas sobre a chamada máfia das ambulâncias garantirão, em boa medida, a celeridade necessária aos trabalhos da CPI.

A máfia, investigada pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, desviava, por meio de emendas de parlamentares, recursos do Orçamento da União destinados à área da saúde para a compra superfaturada de ambulâncias pelas prefeituras.

Segundo Tuma, a CPI terá acesso a dados cedidos pelo juiz Jéferson Schnneider, da 2ª Vara Federal de Cuiabá (MT), onde está correndo o processo contra



Ao presidir reunião de instalação da CPI, Romeu Tuma afirma que parlamentares terão acesso a informações cedidas por juiz e pelo MP

a máfia das ambulâncias, e às investigações do Ministério Público (MP) e da Polícia Federal.

– Estive pessoalmente em Cuiabá. O juiz mandou toda a documentação. Já estivemos tam-

bém com o procurador-geral [da República], Antonio Fernando de Souza, para pedir seu apoio

– afirmou Tuma.

O senador lembrou que alguns envolvidos têm foro privilegiado e será necessário obter junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Ele salientou que o STF recebeu do MP solicitação de indiciamento de 15 parlamentares por suposto envolvimento com a máfia das ambulâncias. Tuma observou ainda que, tão logo isso seja constatado, o processo deve ser encaminhado para o Conselho de Ética da respectiva Casa.

Por sugestão dos deputados Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Júlio Redecker (PSDB-SP), o nome de Romeu Tuma foi indicado para a vice-presidência da comissão.

Escolhido para relator da CPI dos Sanguessugas, Amir Lando quer adotar “metodologia de eficiência” e ter o apoio de uma equipe técnica qualificada para realizar o trabalho



Amir Lando, ao lado de Heloísa Helena e Paulo Paim, participa das atividades da reunião de instalação da CPI dos Sanguessugas

Para relator, Legislativo deve dar resposta rápida e eficiente

O relator da CPI dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), disse que é chegado o momento de o Legislativo mostrar que é capaz de dar uma resposta rápida e eficiente à sociedade. Para isso, Lando defendeu a celeridade nos trabalhos da CPI. O senador mostrou-se preocupado com a pressão existente sobre o Congresso Nacional, cuja imagem, em sua avaliação, está bastante desgastada pelas sucessivas denúncias de envolvimento de parlamentares na prática de atos ilícitos.

Antes mesmo de iniciada a primeira reunião em que foi indicado relator da CPI, ontem, Amir Lando já dava sinais de estar ciente de sua escolha para a relatoria, ao manifestar sua preocupação com as atividades da nova comissão. O senador afirmou que a CPI dos Sanguessugas deve adotar uma “metodologia de eficiência” e ter

uma equipe técnica qualificada para realizar as investigações de modo eficiente, célere, em tempo hábil e, sobretudo, com justiça, para coletar as provas necessárias.

– É preciso fazer diligências de busca e apreensão de documentos, buscá-los na Polícia Federal e não ficar esperando um mês para que eles cheguem à CPI – frisou o relator.

A metodologia de trabalho deve priorizar a objetividade, extrair informações novas e evitar longas oitivas

O senador acrescentou que, diferentemente de outras comissões parlamentares de inquérito encerradas recentemente no Congresso

Nacional, a metodologia de tomada de depoimentos da CPI que acaba de ser instalada deve priorizar a objetividade, extrair informações novas e evitar longas oitivas.

Amir Lando lamentou que os desvios de recursos para compra superfaturada de ambulâncias tenham ocorrido numa área tão

sensível como a da saúde pública. Reiterou, no entanto, sua disposição de não permitir que a CPI se transforme em palanque eleitoral e espetáculo. Para impedir que isso aconteça, propôs a despolitização da comissão e a fixação do foco de trabalho nas investigações.

– Vamos deixar que os fatos falem por si próprios – frisou o senador.

Amir Lando disse ainda que, embora a comissão já disponha de “rico manancial de documentos” colhido pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal, ao longo dos últimos dois anos, deve se organizar a fim de buscar documentos e autorizações para quebra de sigilos.

Agenda

Para dar maior agilidade aos trabalhos, Amir Lando acredita que até o final da Copa do Mundo, dia 9 de julho, as reuniões deveriam ser diárias e, depois, poderiam ocorrer sempre às segundas e terças-feiras, que ele considera dias mais tranquilos no Congresso Nacional.

Motta pede uma “reforma radical” para reduzir o número de impostos

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) defendeu ontem, da tribuna, que o governo federal adote uma “reforma tributária radical”, para concentrar a cobrança de impostos apenas sobre movimentação bancária, combustíveis, cigarros, bebidas, energia e produtos que não são considerados básicos pela população. Disse que até a Fundação Getúlio Vargas concluiu ser viável esse modelo de reforma.

Para o senador, não é mais possível no Brasil que um motorista de caminhão de cargas que sai do Espírito Santo com destino ao Pará seja obrigado a enfrentar dezenas de paradas burocráticas pelo caminho, apresentando documentos e pagando pedágios que encarecem as mercadorias. A ideia, explicou, é permitir que um pequeno agricultor “pegue seu feijão e vá para a cidade vender sua produção até na rua, sem ser incomodado por fiscais atrás de impostos”.

Motta propõe que, num sistema tributário assim, o governo poderia usar o câmbio para incentivar exportações ou impedir a entrada de produtos estrangeiros que ameaçassem nossa produção.



Segundo Motta, FGV concluiu que a adoção do novo sistema é viável

O senador anunciou que não pretende se candidatar mais a cargos eletivos, principalmente por causa da “má imagem dos políticos”. Observou que os brasileiros têm mudado suas ideias sobre honestidade por causa, entre outras coisas, dos escândalos políticos e do envolvimento de parlamentares com corrupção, como foi demonstrado pela CPI dos Correios.

Motta criticou o instituto da reeleição no país, lamentando que nem todo prefeito ou governador que se reeleger não consegue não por ter sido bom administrador, mas pela propaganda que faz de sua gestão, usando dinheiro oriundo do pagamento de impostos.

Proposta sobre quanto o cidadão paga de tributo começa a tramitar

Amparado em 1 milhão e 560 mil assinaturas colhidas em todo o Brasil por entidades empresariais, o anteprojeto destinado a garantir ao cidadão brasileiro informações a respeito dos impostos pagos no consumo de bens e serviços, já transformado em projeto de lei, começa a tramitar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A relatoria está sob a responsabilidade do próprio presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

A proposta (PLS 174/06) destina-se a regulamentar o artigo 150 da Constituição, segundo o qual os consumidores devem ser informados sobre os impostos e serviços. Encabeçada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, o projeto foi subscrito pela grande maioria dos senadores.

A proposta estabelece que na nota fiscal, no cupom ou em qualquer documento equivalente, emitido no ato da compra, deve constar a informação do valor aproximado correspondente aos tributos federais, estaduais e



Projeto sugerido pela sociedade terá como relator Leomar Quintanilha

municipais. Os dados poderão ser divulgados, ainda, em painel afixado em local visível do estabelecimento ou outros meios.

O anteprojeto foi entregue ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fapesp), Guilherme Afif Domingos, em ato realizado na reampa do Congresso, no dia 31 de maio. Renan assinalou que o cidadão tem o direito de saber quanto paga de impostos e qual a contrapartida oferecida pelo Estado em serviços como saúde, educação e segurança.



Célio Azevedo

Arthur Virgílio: concessão florestal deve passar pelo crivo do Congresso

Arthur Virgílio quer reverter vetos à lei de florestas públicas

Os dispositivos vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sanção da Lei 11.284/06, que disciplina a gestão de florestas públicas, voltarão a valer, se o Legislativo aprovar projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destinado exatamente a recuperar os vetos. O projeto (PLS 110/06) será apreciado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a esta última decisão terminativa.

De acordo com Arthur Virgílio, Lula vetou especialmente os dispositivos de iniciativa do líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), atingindo mandamentos relacionados com a própria soberania brasileira, como o artigo que submete ao Congresso a aprovação prévia de concessões florestais com área superior a 2.500 hectares. O senador diz que esse dispositivo é essencial para harmonizar a lei com a Constituição federal, que exige essa apreciação prévia pelo Legislativo.

Virgílio explica que, embora a Lei 11.284 se destine a disciplinar a gestão de florestas públicas, na verdade ela trata da concessão de terras públicas para exploração, em caráter temporário, dos recursos florestais ali existentes. Portanto, na ausência desse exame prévio pelo Congresso, essas concessões podem tornar-se alvo de questionamento judicial.

Outro artigo vetado que ele quer recuperar relaciona-se à destinação, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de parcela dos recursos arrecadados mediante pagamento pelas concessões florestais. O veto elimina somas que o Ibama recebia. Apesar dos esforços, disse o parlamentar, o órgão continua se defrontando com escassez de recursos.

O empobrecimento progressivo dos aposentados gera a perda da auto-estima, a degradação familiar e social e a diminuição da qualidade de vida, observa Alvaro

Alvaro defende o reajuste de 16,7% para aposentados

Alvaro Dias defendeu reajuste de 16,7% para os benefícios previdenciários maiores que um salário mínimo, em contraposição a uma proposta de apenas 5% apresentada pelo governo. As perdas para esses benefícios, de acordo com o parlamentar, podem chegar a 78%.

– A crescente defasagem nos proventos provoca o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gera a perda da auto-estima, a degradação familiar e social e a diminuição da qualidade de vida – observou.

Na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória 291/06, que prevê o reajuste de 5% para os benefícios previdenciários, tranca a pauta neste momento. A do Senado também encontra-se obstruída e na relação das matérias está o PLV 18/06, decorrente da MP 288/06, modificada pela Câmara para estender os 16,7% aos aposentados e pensionistas com rendimento acima de um salário mínimo. Alvaro lembrou, em defesa do reajuste mais elevado, a importância dos aposentados na provisão dos gastos das famílias.

– Os avós participam com 40% das despesas do grupo familiar. A terceira idade é apontada hoje



Gerardo Magela

Alvaro lembra a participação da renda dos idosos no sustento das famílias

como responsável pela manutenção de 25% dos domicílios – disse Alvaro.

O senador condenou argumentos a respeito das dificuldades da Previdência Social para bancar o reajuste maior. Mencionou estudos de pesquisadores para afirmar que o órgão é uma “caixa-preta” e que o propalado déficit de suas contas seria falso, porque o governo não contabiliza receitas de contribuições vinculadas aos gastos previdenciários.

Segundo Alvaro Dias, se isso fosse feito, o superávit alcançaria R\$ 78,8 bilhões e, desse modo, o reajuste de 16,7% – que geraria acréscimo de despesas de R\$ 6,97 bilhões – seria plenamente possível.

Paim pede ao governo que negocie o fim de paralisação de auditores

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ao governo que abra negociações com os auditores fiscais da Receita Federal, em greve há cerca de dois meses por reajuste salarial.

– Os prejuízos para a economia são visíveis. Em duas entradas do Cone Sul pelo Rio Grande do Sul existem cerca de 1.200 caminhões parados – informou.

Segundo Paim, em algumas cidades empresários conseguiram na Justiça liminares determinando que os fiscais liberem cargas retidas em portos e aeroportos.

– Empresários de Novo Hamburgo [RS], pólo exportador de calçados, e de Santos [SP] obtiveram essas ações judiciais, minimizando seus problemas.

O senador manifestou apoio ao movimento grevista, lembrando que a paralisação é consequência da campanha salarial dos auditores iniciada no ano passado, a qual não foi satisfatória para os funcionários.

Aposentados

Paim manifestou preocupação com a notícia de que 527 mil aposentados e pensionistas do INSS não acionaram a Justiça ou o INSS para revisão de seus benefícios, por causa da adoção de índices inflacionários incorretos. Só quem se aposentou ou se tornou pensionista entre março de 1994 e fevereiro de 1997 tem direito à revisão.

Como acabou o prazo para que fossem feitos pedidos dire-

– As defasagens podem ser cobertas pela própria Previdência, desde que o Tesouro pare de se apropriar de suas receitas – defendeu.

O que vem sendo demonstrado, conforme o senador, é que os gastos sociais estão sendo utilizados para “camuflar” o financiamento do governo, contribuindo para assegurar o superávit primário (economia para pagamento de juros da dívida pública).

Isso significa, continuou, uma “apropriação indébita” de recursos, como já acontece com as receitas da CPMF, que seriam destinadas a financiar a saúde. Além disso, Alvaro citou os problemas decorrentes de fraudes e renúncias fiscais.

O parlamentar observou ainda que a Previdência tem a receber R\$ 250 bilhões, decorrentes de atrasos e de outras ocorrências. O Tribunal de Contas da União (TCU), informou Alvaro, registra uma sonegação anual da ordem de 30% da arrecadação previdenciária prevista.

– A Previdência é vítima e não causadora de déficit. Os desvios de seus recursos para outras finalidades perpetuam a falácia do déficit previdenciário – concluiu.



Roosevelt Pinheiro

Experiência realizada pela UnB tem mostrado bons resultados, diz Cristovam

Cristovam propõe ampliar programa de avaliação seriada

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu projeto determinando que pelo menos metade dos alunos selecionados para ingresso nas universidades federais seja escolhida com base em programas de avaliação seriada anual, realizados ao longo do ensino médio.

A proposta (PLS 116/06) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê que serão selecionados os alunos classificados segundo a média de provas aplicadas no final de cada um dos três anos do ensino médio. A matéria prevê o prazo de dois anos, após a publicação da lei, para a adaptação das universidades públicas a essa mudança. O projeto receberá decisão terminativa na Comissão de Educação (CE).

Cristovam lembra que esse mecanismo foi implantado pioneiramente pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), estendendo-se hoje por pouco mais de uma dezena de universidades federais, além de algumas estaduais e municipais, com resultados promissores. Daí seu interesse em generalizar a iniciativa por todas as universidades mantidas pelo poder público.

Esses programas de avaliação seriada consistem na aplicação de exames realizados em três etapas, ao final de cada série do ensino médio. De acordo com o senador, eles se caracterizam como alternativa sistemática e gradual para a seleção dos futuros estudantes do ensino superior, em contraste com a “natureza episódica e enciclopédica” dos vestibulares tradicionais.

Do ponto de vista pedagógico, Cristovam aponta como vantagens da mudança a redução da tensão imposta ao candidato; a valorização do conhecimento adquirido; a redução da carga de conteúdo a ser avaliado em cada exame; e o estímulo ao estudo sistemático por parte dos estudantes.



Moreira Moritz

Paim alerta para consequências da greve e apóia revisão de aposentadorias

tamente ao INSS, os 527 mil beneficiários ainda podem acionar a Justiça para o recebimento das diferenças, que variam de 1,17% a 39,67%, dependendo da data da aposentadoria. Ele deu apoio a projeto, em tramitação no Congresso, que reabre o prazo para que seja feito pedido de revisão diretamente no INSS.



Serys afirma que instituição precisa construir novo hospital

Serys cobra mais recursos para a UFMT

A senadora Serys Shesarenko (PT-MT) defendeu, em Plenário, pleito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) por mais verbas federais. A senadora citou a necessidade da construção de um novo hospital universitário para a instituição e da disponibilização de recursos para a melhoria da estrutura da universidade.

O Hospital Júlio Müller, mantido pela UFMT em um prédio pertencente ao governo do estado, segundo Serys, carece de mais espaço. Ela acrescentou que o hospital funciona graças ao empenho dos funcionários da universidade, que fazem dele uma referência nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Serys também elogiou a política educacional do governo federal, dizendo que os investimentos tanto nas instituições federais de ensino quanto na educação básica e fundamental aumentaram na gestão do presidente Lula. Ela pediu agilidade na aprovação da proposta que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que está na pauta de votação do Plenário. A senadora defendeu a concessão de autonomia às universidades.

Senador lembra que, enquanto outros países em desenvolvimento registraram uma média de crescimento de 5,8%, nos últimos oito anos, a média do PIB brasileiro foi de 2,3%

Marcos Guerra defende menor carga tributária para o país voltar a crescer

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) atribuiu, em discurso da tribuna, os “resultados decepcionantes” do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos à ineficiência do Estado na prestação de serviços essenciais e à crescente carga tributária imposta pelo governo federal ao cidadão e às empresas. Ele lembrou que, de 1996 a 2005, o produto interno bruto (PIB) brasileiro teve crescimento inferior ao do PIB mundial. Desde 1998, acrescentou, a média de expansão da economia nos países em desenvolvimento foi de 5,8%, enquanto a brasileira ficou em “apenas 2,3%”. Segundo o parlamentar, 38% do PIB nacional correspondem a recursos oriundos da tributação.

– Se não fizermos um ajuste fiscal, se não tomarmos medidas contra a má qualidade do gasto público, se nossa política industrial continuar desestimulando a busca da inovação, se os obstáculos burocráticos e a tributação excessiva, somados aos juros altos,



Empresas brasileiras “estão asfixiadas pelos tributos excessivos”, alerta Marcos Guerra

persistirem em empurrar a economia brasileira para a informalidade, estaremos condenados à convivência permanente com baixos índices de crescimento e com um Estado incompetente e perdulário – alertou.

Marcos Guerra salientou que, de acordo com recentes dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o contribuinte brasileiro teve de trabalhar 145 dias em 2006

para arcar com a tributação incidente sobre seus rendimentos. Além disso, a classe média terá de trabalhar outros 113 dias para arcar com serviços que deveriam ser públicos e de qualidade – como saúde, educação, previdência privada e segurança.

– Esses cidadãos só vão dispor de dinheiro para despesas com alimentação, vestuário, compra de bens e poupança no curto período compreendido entre 16 de setembro e 31 de dezembro, pouco mais de três meses – afirmou.

O senador lamentou ainda a alta carga tributária imposta ao setor produtivo, em especial às micro e pequenas empresas, o que, a seu ver, também impede o crescimento econômico.

– Empresas asfixiadas pelos tributos excessivos estão diante de duas alternativas: são obrigadas a encerrar as atividades ou, quando sobrevivem, não têm como investir e gerar novos empregos – observou.



Mozarildo lembra acordo do seu estado com governo venezuelano

Mozarildo quer combustível da Venezuela em RR

Em pronunciamento feito ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) dirigiu um apelo ao governo federal para que seja liberada a importação de combustíveis venezuelanos pelo estado de Roraima. Mozarildo destacou que o diesel e a gasolina importados do país vizinho a preços subsidiados seriam comercializados pela metade do valor atualmente cobrado nos postos em seu estado, conforme acerto entre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o governador de Roraima, Ottomar Pinto.

Além do acordo para a compra de combustíveis, o senador informou que seu estado também firmou convênio com a Venezuela visando à abertura da fronteira, à dispensa de passaportes e ao uso livre das moedas venezuelana e brasileira, pelo menos nas cidades fronteiriças de Pacaraima, do lado brasileiro, e de Santa Elena do Uairén, na Venezuela.

– Isso [a compra de combustíveis venezuelanos] representaria uma revolução na agricultura, na pecuária, no transporte coletivo, no transporte individual e na economia de Roraima. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, se manifestou favorável – disse o parlamentar.

Garibaldi sugere mais investimentos em educação, tecnologia e infra-estrutura

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que o Brasil precisa investir mais em infra-estrutura, educação e tecnologia, a exemplo do que fazem outros países emergentes que vêm conseguindo alcançar bons índices de crescimento, como Coréia do Sul, Índia e Chile.

O senador destacou que esses países também possuem deficiências em infra-estrutura, carências educacionais e altos percentuais de analfabetismo, mas que demonstraram ser possível construir um caminho de crescimento econômico graças ao investimento maciço nessas áreas.

Garibaldi citou o caso da Coréia do Sul, que vem investindo em educação e tecnologia e na abertura da economia, e hoje é considerada uma nação desenvolvida. Ele afirmou que o Bra-

sil está longe de um desempenho razoável no campo da educação. Como exemplo, citou o caso do Chile, onde a média de tempo de estudo é de nove anos e a taxa de analfabetismo, de 3,5%. No Brasil, a média de estudos é de 6,4 anos e a taxa de analfabetismo fica em 11%, frisou.

– Preocupa-nos mais ainda a taxa de analfabetismo funcional da população brasileira, que se encontra em torno de 75% – destacou Garibaldi.

O senador chamou atenção ainda para o caso da Índia, que vem conseguindo taxas de desenvolvimento econômico “impensáveis para o Brasil”, em uma trajetória consistente de evolução do produto interno bruto (PIB), que leva o país a diminuir sensivelmente sua miséria. Isso tudo, lembrou, ocorre em um país obri-



País precisa adotar o exemplo dos países emergentes, defende Garibaldi Alves

gado a lidar com graves problemas sociais, étnicos e religiosos, e que tem 18 línguas oficiais e mais de 2 mil dialetos.

No mesmo discurso, Garibaldi pediu que o governo federal pague ainda este mês, como prometeu, salários e benefícios atrasados aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme determina medida provisória editada no último dia 30 de maio.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos

www.senado.gov.br/biblioteca

Acervo aberto para consulta ao público em geral:

- 150 mil livros;
- 2,7 milhões de recortes de jornais;
- 450 mil fascículos de periódicos;
- 4 mil obras raras;
- Bases de dados estrangeiras, com artigos e periódicos em texto integral.

Simon defende empréstimo do BNDES para ajudar a Varig

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a concessão de empréstimo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao consórcio de funcionários que comprou a Varig para a reestruturação da empresa. O senador disse que o BNDES empresta dinheiro “a Deus e todo mundo”, mas agora ameaça não garantir os recursos para os Trabalhadores do Grupo Varig (TGV). O empréstimo, sugeriu o senador, precisa ser liberado até hoje.

– Se o BNDES negar esse empréstimo será uma missa fúnebre muito triste. Muitos caixões serão conduzidos pelo Brasil com o nome de Lula como responsável pela morte da Varig – assinalou.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) declarou ter esperanças de que o BNDES forneça o empréstimo.

Pedro Simon disse ainda esperar que acordo prometido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, permita a desobstrução da pauta de votações da Casa e, dessa forma, o exame pelo Plenário do projeto de lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

O senador pediu a aprovação da matéria com emenda de sua autoria que obriga o governo federal a repassar recursos do Fundeb para as prefeituras. O



Simon: “Se governo se omitir, Lula será responsabilizado pela morte da empresa”

medo, destacou o senador, é que, com a aprovação do projeto sem a emenda, o Fundeb “estoure nas prefeituras”, que acabariam por custear o fundo.

Simon também leu, da tribuna, reportagem publicada na revista *Veja* em que o autor de novelas Silvio de Abreu afirma que uma grande parcela dos espectadores já não valoriza a retidão de caráter e está mais interessada em personagens que vencem na vida a qualquer custo do que nos mocinhos, que acham “uns chatos”.

O autor acredita que essa mudança no perfil dos espectadores tem ligação direta com os escândalos vistos recentemente na vida política nacional. Simon concordou e afirmou que convidará Silvio de Abreu para participar de uma audiência pública na Comissão de Educação para expressar essas idéias aos parlamentares.

ACM critica ministro da Defesa e comandantes militares

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou as recentes declarações do ministro da Defesa, Waldir Pires, sobre a crise na Varig, e a participação de comandantes militares na festa junina promovida pelo presidente Lula na Granja do Torto.

O pefelista condenou Pires por recomendar aos passageiros da Varig que esperem em suas casas por uma solução para a companhia.

– Muitos deles reuniram economias de anos para visitar suas famílias e hoje choram por não poder viajar para seus estados de origem. A que ponto chegou o Brasil – comentou.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiou a crítica, observando que milhares de passageiros da Varig não têm condições de esperar por uma solução, pois “estão pelo mundo afora, com o dinheiro contado, sem ter para onde ir”.

Antonio Carlos também reprovou a ida dos comandantes



Antonio Carlos não aprova presença de comandantes militares em festa de Lula

militares ao “Arriá do Torto”, realizado no fim de semana passado, no momento em que seus subordinados da ativa e o pessoal da reserva aguardam o pagamento de reajuste salarial pelo governo federal.

– Para se ter autoridade, deve-se viver com autoridade – afirmou.

O senador disse ainda ter conversado recentemente com mulheres de militares que relataram as dificuldades financeiras que estão sendo enfrentadas por suas famílias.

Ideli pede que candidatos mostrem propostas ao invés de só atacar os adversários, e Sibá sugere que o PT se preocupe mais com as questões nacionais que com as locais

Ideli condena “jogo baixo” nos gramados e na disputa eleitoral

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), manifestou sua expectativa de que o debate eleitoral deste ano aconteça em nível elevado, em torno de propostas para o país, sem “jogo baixo ou canelada”, da mesma forma como disse esperar que sejam as disputas nos campos de futebol na Copa do Mundo.

– Infelizmente, o que temos assistido nesse embate eleitoral é o jogo baixo e não o que a população brasileira deseja: o debate sobre o que os candidatos querem fazer no país, pelo país e com o país nos próximos quatro anos – assinalou.

Ideli também anunciou a realização da convenção do PT, amanhã, para lançar a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição. Ela disse esperar uma convenção com “alto astral e empolgação”, mas também com humildade, comportamento que, segundo a senadora, deve também prevale-



Segundo Ideli, nas eleições e na Copa não vale o “já ganhou”, nem a acomodação com o favoritismo

cer nos jogos do Brasil.

– Não vale o “já ganhou” ou time favorito – comentou, manifestando, no entanto, sua crença no “ânimo da nação petista” para levar a campanha a todos os cantos do país.

A senadora também registrou, no discurso, a chegada do Banco

Estadual de Santa Catarina (Besc) nos dois últimos municípios do estado onde ainda não tinha presença, alcançando 293 localidades.

Ela lembrou a luta contra a privatização do banco no fim do governo Fernando Henrique Cardoso, concluída com a federalização da instituição. Segundo Ideli, o presidente Lula já reafirmou o compromisso de manter o banco como instituição pública.

– O Besc é uma instituição que simboliza a

maneira de ser dos catarinenses, voltado ao desenvolvimento de todas as regiões do estado – afirmou a senadora, em seguida destacando os bons resultados do banco depois de sua recuperação e dando parabéns à direção e aos servidores pela nova conquista.

Sibá comenta convenção do PT e CPI dos Sanguessugas

O senador Sibá Machado (PT-AC) comentou sua expectativa em relação à convenção nacional do Partido dos Trabalhadores, marcada para este sábado, que deverá se concentrar, conforme adiantou, nos seguintes pontos: avaliação do país, perfil histórico do partido, conquistas do governo Lula e diretrizes para um futuro governo. Na sua opinião, o PT deve evitar que as questões locais prevaleçam em relação às nacionais e confirmar a pré-candidatura de Lula à reeleição.

Em relação às disputas estaduais, Sibá defendeu um esforço concentrado para a manutenção do controle dos governos do Acre, do Piauí e de Mato Grosso do Sul nas mãos do PT. O partido também deve se empenhar, segundo revelou, pela eleição do senador Aloizio Mercadante para o governo de São Paulo, do ex-ministro Olívio Dutra para o governo do Rio Grande do Sul, e da senadora Fátima Cleide para o governo de Rondônia, além de trabalhar pelos candidatos

petistas aos governos de Pernambuco e de Sergipe.

Ambulâncias e H-Bio

A instalação da CPI dos Sanguessugas, criada para investigar irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares, também foi comentada por Sibá.

O senador defendeu a elaboração de um calendário rigoroso e objetivo de trabalho para a comissão, conciliado com o processo de votações da Casa e o período eleitoral. Sua preocupação é que a comissão não reúna assuntos “fora de foco, pois, assim, corre o risco de terminar sabe Deus quando e com que tipo de relatório”.

Sibá também saudou a Petrosbras pelo desenvolvimento do H-Bio Diesel, um novo tipo de óleo diesel produzido a partir da mistura de óleo vegetal (como o de soja, o de mamona e o de den-



Sibá defende a elaboração de um calendário rigoroso e objetivo de trabalho para a nova CPI

dê), com óleo diesel mineral durante o processo de refino. Entre as vantagens do combustível, o senador apontou a redução das importações brasileiras de óleo diesel, inicialmente, em cerca de 250 milhões de litros por ano. Conforme assinalou, três refinarias estarão produzindo o H-Bio entre 2006 e 2007: Gabriel Passos (MG), Presidente Getúlio Vargas (PR) e Alberto Pasqualini (RS).

Como exemplo o senador aponta a MP 284, que estabelece incentivos à formalização do emprego doméstico, que tem o mesmo teor do PLS 23/95, de sua autoria

Lobão: Executivo usa idéias dos senadores sem citar a autoria

Ressaltando que os papéis dos Poderes da República devem ser harmônicos em prol da sociedade, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que o Executivo, por reiteradas vezes, vem se utilizando de projetos de iniciativa de parlamentares que já tramitam no Congresso sem dar crédito ao autor. Ele exemplificou com a MP 284, cujo teor é semelhante ao do Projeto de Lei do Senado 23/95, do qual é o autor. Aprovada na quarta, a MP (da qual Lobão foi relator) permite a deduzir do Imposto de Renda a contribuição previdenciária do empregado doméstico.

– O Executivo omite que a autoria de bons projetos vem do Legislativo. Mas isso apenas demonstra quão importantes e sensíveis são os parlamentares no aprimoramento da legislação brasileira – afirmou.

Lobão informou que outro projeto de sua autoria, já aprovado pelo Senado, que determina a criação de uma escola



Edison Lobão ressalta sensibilidade do Legislativo em melhorar a legislação

agrotécnica em São Raimundo das Mangabeiras (MA), teve recentemente seu teor incluído em projeto de lei de autoria do Executivo.

– A idéia da proposição foi do secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, que é natural desse município e conhece o potencial da região – afirmou, lamentando que o Executivo não tenha atribuído a idéia nem a Carreiro nem a ele, o autor da proposição.

Maciel apóia PEC que determina presença do presidente no Congresso

Marco Maciel (PFL-PE) apoiou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) que determina o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional, quando deverá expor as metas do governo e discorrer sobre a situação do país. A PEC, que já consta da ordem do dia, é de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Atualmente, o chefe do Executivo apenas encaminha a cada ano, por meio do ministro-chefe da Casa Civil, uma mensagem

ao Congresso no primeiro dia dos trabalhos legislativos. Se for aprovada a proposta, o próprio presidente da República deverá trazer a mensagem.

O senador lembrou que a tradição de o chefe do Poder Executivo enviar mensagens ao Poder Legislativo é antiga no Brasil, tendo começado com o imperador dom Pedro I, quando eram conhecidas como Falas do Trono. Na época, o imperador participava tanto da abertura como do encerramento da sessão legislativa, procedimento incorporado à Constituição de 1824 e

O parlamentar lembrou ainda que no dia 5 de maio comentou, em pronunciamento na tribuna do Senado, a previsão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de que o Brasil terá de contratar 396 mil novos professores nos próximos dez anos. Lobão observou que, na ocasião, sugeriu a adoção do ensino a distância para amenizar o problema. No mesmo sentido, acrescentou, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 29 de maio, recomendou essa providência para os países africanos. Assim, continuou, o governo federal resolveu recentemente implementar a Bolsa Internet, como recurso para difundir o ensino.

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltaram a importância da educação a distância para auxiliar a transmissão do conhecimento Brasil afora, lembrando a grandiosidade do território nacional.



Maciel lembra que tradição vem do Império, com as Falas do Trono

mantido durante todo o período monárquico. No período republicano, o presidente em geral apenas envia uma mensagem.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) também expressou apoio à PEC.

Mandatos que terminam em 2007



Waldemir Rodrigues

Aelton Freitas PL-MG	José Sarney PMDB-AP
Alberto Silva PMDB-PI	Juvêncio da Fonseca PSDB-MS
Alvaro Dias PSDB-PR	Luiz Otavio PMDB-PA
Amir Lando PMDB-RO	Luiz Pontes PSDB-CE
Antero Paes de Barros PSDB-MT	Maguito Vilela (Iris de Araújo) PMDB-GO
Eduardo Siqueira Campos PSDB-TO	Maria do Carmo Alves PFL-SE
Eduardo Suplicy PT-SP	Mozarildo Cavalcanti PTB-RR
Fernando Bezerra PTB-RN	Ney Suassuna PMDB-PB
Gilberto Mestrinho PMDB-AM	Pedro Simon PMDB-RS
Heloísa Helena PSOL-AL	Roberto Saturnino PT-RJ
João Alberto Souza PMDB-MA	Rodolpho Tourinho PFL-BA
João Batista Motta PSDB-ES	Tião Viana PT-AC
Jorge Bornhausen PFL-SC	Valmir Amaral PTB-DF
José Jorge PFL-PE	

Um terço do Senado Federal será renovado nas eleições de outubro

Com as eleições de outubro próximo, o Senado será renovado em um terço de seus membros – 27 cadeiras. Embora o mandato de um senador seja de oito anos (o dobro do mandato de um deputado), a renovação alternada a cada quatro anos dá ao eleitorado a possibilidade de mudar parcialmente a composição da Casa.

A legislação manda alternar essa mudança em um terço e dois terços dos senadores. Na última eleição, em 2002, foram renovados dois terços dos senadores, ou seja, 54 novos representantes foram eleitos.

Dos senadores cujos mandatos

terminam no início de 2007 (veja quadro acima), alguns deverão tentar a reeleição, entre os quais Eduardo Suplicy (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS). Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Heloísa Helena (PSOL-AL) concorrerão nas eleições presidenciais – ele como candidato a vice-presidente e ela, a presidente.

Para se candidatar ao Senado Federal, a Constituição exige que o cidadão tenha nacionalidade brasileira e idade mínima de 35 anos, esteja em pleno exercício dos direitos políticos e seja filiado a partido político.

Museu do Senado
Uma história de arte

2ª a 6ª feira Manhã - 9h30 às 11h30 Tarde - 14h30 às 17h30
Sábados, domingos e feriados 10h 11h 12h 13h 14h

www.senado.gov.br